

# João José Silva Monteiro: uma retrospectiva reveladora

RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA

MONTEIRO, João José Silva. *Sonhos e Trajetórias: Memórias com campeões di nha mininesa*. Bissau: Edições Universidade Colinas de Boé, 2018, p. 407.

O que me motivou a escrever a resenha crítica do livro? Eu senti que é preciso. É necessário fazer esse exercício analítico.

Eram quase dez horas da manhã em minha casa, quando recebi o livro, enviado de Bissau pelo escritor Huco Monteiro, para compor o arquivo da biblioteca da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) – uma instituição de ensino superior pública federal brasileira da qual faço parte como docente, sediada no Estado de Ceará, em Redenção.

Com o livro em mãos, decidi lê-lo: chamou-me a atenção a abordagem de Huco Monteiro sobre a composição social, familiar, as relações de parentescos, *djorsons* (linhagens), institucional, étnica, com a presença de comerciantes libaneses, árabes e europeus na formação societal guineense. O autor ainda revela as tensões internas que marcaram sua infância, principalmente entre a elite guineense e cabo-verdiana dentro do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC - Movimento de Libertação), além dos conflitos entre próprios guineenses, *fidjus di tchom* (filhos da terra), na Guiné colonial e pós-colonial, tendo por base as trajetórias, os sonhos e as memórias geracionais dos grupos de Bissau, dos quais ele fazia parte e com os quais mantinha relações, direta ou indiretamente.

---

**RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA**

Professor-adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Pesquisador junto ao *Council for the Development of Social Science Research in Africa*, em Dacar; ao Observatório das Nacionalidades, no Brasil; ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), na Guiné-Bissau; ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de Porto, em Portugal. Atualmente é coordenador do Observatório de Estudos da Democracia e do Seminário de Sociologia Africana, no Brasil – Unilab.

No livro, articulam-se também os acontecimentos políticos recentes de conflitos antigos, dentre os quais: o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, em que o comandante do PAIGC, João Bernardo Vieira, derrubou o ex-presidente Luís de Almeida Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) no contexto de partido único oficioso; o golpe de 7 de junho de 1998, em que Ansumane Mané, guerrilheiro do PAIGC, derrubou o governo de João Bernardo Vieira, já no regime democrático; o golpe de 14 de setembro de 2003, em que o general Veríssimo Correia Seabra, guerrilheiro do PAIGC, derrubou o governo de Kumba Yala, líder do Partido de Renovação Social (PRS), substituindo Ansumane Mané na Chefia do Estado-Maior Geral das Forças Armadas; o golpe de 12 de abril de 2012, em que o governo de Carlos Gomes (PAIGC) foi deposto através de um golpe de Estado e Serifo Nhamadjo (PAIGC) assumiu a presidência a fim de preparar o país para novas eleições e repor a normalidade constitucional do Estado.

Depois do golpe de 12 de abril, houve realização de eleições gerais em 2014, onde o PAIGC foi eleito, pela segunda vez. Com essa eleição, Domingos Simões Pereira assumiu o governo e José Mário Vaz, a presidência de república, ambos prometeram a estabilidade governativa e ganhos para o país. Apesar das promessas, houve, posteriormente, a ruptura, com a demissão de Domingos Simões Pereira pelo presidente José Mário Vaz, supostamente por incompatibilidade pessoal entre os dois. As consequências dessa crise, como nos mostram os fatos, afetou a estabilidade e o avanço do país, mantendo um estado crítico ainda na atualidade.

É nesse quadro conjuntural que Huco Monteiro realça e problematiza a trajetória e memória de sua juventude. Há, nos três capítulos do livro, um sentimento ambíguo que combina o otimismo (confiança) nas trajetórias campeãs de sua juventude e o pessimismo (traição da confiança), tanto geracional quanto político, entre as lideranças guineenses. Tais fatos denotam as lutas pela permanência no poder. No livro, abundam exemplos que bastem disso, desde a tirania das “boas intenções” revolucionárias à *Ndjudja-Ndjudja* (deixa estar) violenta presente na cultura política das lideranças, assim como no interior da própria sociedade civil guineense, chegando até os atos de crime organizado.

São temas para um estudo da Sociologia das Trajetórias e Memórias da Sociedade Guineense, pois o texto traz uma retrospectiva reveladora da infância e da adolescência de Huco Monteiro, a partir da trajetória geracional do autor com os campeões de sua juventude (aqueles que sonharam ou lutaram pela independência), com os quais passou momentos difíceis e alegres em Bissau.

E o que teria motivado Huco Monteiro a enveredar-se por uma narrativa retrospectiva autobiográfica depois de 45 anos?

João José Silva Monteiro (Huco) nasceu em 19 de fevereiro de 1959 na cidade de Bissau, em uma família urbana que morava em Pilum, um pequeno bairro da cidade. É o quinto filho de Nha Mamai Monteiro e possui três meios-irmãos mais velhos por parte de mãe, uma mulher e dois homens: Aida Saiegh, Zike Saiegh e Zeca Saiegh, filhos de pai libanês, Kássimo Saiegh, comerciante e proprietário de terras (ponteiro) na atual Guiné-Bissau.

Percorreu a educação básica na Escola Dona Berta Craveiro Lopes, então Escola dos Padres, uma das primeiras instituições coloniais de ensino no país. Na adolescência, já no contexto da independência, completou o ensino secundário no Liceu Honório Pereira Barreto, hoje Liceu Nacional Kwame Nkrumah. Após concluir o Liceu, percorreu a formação universitária em França, onde se graduou em Ciências da Educação pelo *Institut de Recherche sur l'Éducation: Sociologie et Économie de l'Éducation* (IREDU), no qual concluiu pós-graduação em Avaliação do Sistema Educativo, e na Espanha, onde concluiu mestrado na mesma área pela *Universidad de Extremadura* (UEX).

Foi ainda na cidade natal, centro político-administrativo do país, que Huco Monteiro iniciou seu percurso de “ativismo político” no movimento estudantil, tendo sido guiado pelo guineense José Carlos Schwarz, vulgo Zé Carlos, através da música, da poesia e da cultura. Foi ao lado de colegas de sua geração, que compartilhavam trajetória política no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, PAIGC, que recebeu, posteriormente, seu “cartão de militante” pela Juventude Africana Amílcar Cabral, JAAC, braço juvenil do partido de Estado oficioso.

Sempre quieto, jovem *bulidur garandi* (jovem agitado), como ele define a si mesmo, Huco Monteiro mantinha afinidades

ideológicas com o “marxismo-leninismo” através dos princípios gerais do PAIGC, apesar do termo socialismo nunca ter sido utilizado nos discursos e nos programas do partido.

Já experimentado, maduro, Huco Monteiro encontrou seu *benten* (casa) intelectual no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), criado em 1984, período em que foi Coordenador do Centro de Estudos Sociais e Econômicos do INEP, área de sua formação. Consta-se nos arquivos do Instituto, vários artigos científicos de sua autoria. Entre seus artigos principais pode-se citar “Analfabetismo na Guiné-Bissau: *Kamiñu lunju inda*” (SORONDA, 1997, p.31-55) e “Os Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural no Setor da Educação”, em coautoria com Geraldo Martins (KAKU MARTEL, 1996, p. 117-199). São textos com realce sociológico sobre ensino e aprendizagem, abrangendo aspectos econômicos e institucionais do desenvolvimento humano.

No campo político, Huco Monteiro assumiu vários cargos públicos, como homem de Estado. Foi ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros na década de 1990, no contexto do surgimento de novas forças políticas de oposição ao regime de partido único e da realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994 em diante. No âmbito regional e sub-regional africano, é bem conhecida a experiência de Huco Monteiro na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), como responsável do setor de recursos humanos.

Em outubro de 2013, participou na criação da Associação de Escritores da Guiné-Bissau (AEGUI), juntamente com outros colegas escritores guineenses de sua geração como Abdulai Sila, Tony Tcheka, Maria Odete Costa Semedo, Agnelo Regalla, Adriano Atchutchi Ferreira, Conduto de Pina, Félix Sigá, Fernando Perdigão, Carlos Lopes, Tomás Paquete. São escritores da geração dos anos 1950 em diante, ex-estudantes do antigo Liceu Honório Pereira Barreto, vanguarda literária guineense contemplada com bolsas de estudo para estudar no exterior, “cada um numa direção diferente deste vasto planeta” (Capítulo 2, pág. 174). Já no período após a independência (anos 1980 em diante), como já foi apontado, a geração de Huco Monteiro assumiu diversos cargos públicos no país, exceto Abdulai Sila, que escolheu o “empreendedorismo

como caminho para atingir o sucesso e realização”, tanto no âmbito profissional como pessoal (pág. 174).

Atualmente, Huco Monteiro dedica-se à escrita no domínio da literatura guineense com obras escritas em diferentes gêneros textuais, mormente, em língua crioulo-portuguesa e com o apoio à Universidade Colinas de Boé (UCB).

A junção linguística entre o crioulo, a língua que se pretende interétnica e nacional, e o português, a língua oficiosa da administração estatal, herdada do processo colonial, agrega-se no efeito estilístico do autor. Com a incorporação de línguas étnicas, *balanta*, *fula*, *mandinga*, *pepel*, *biafada*, *manjaca*, e outras línguas africanas, ocorrem singularidades na forma poética e literária expressa por Huco Monteiro em *“Sonhos e Trajetórias: Memórias com campeões di nha mininesa”*.

*“Sonhos e Trajetórias: Memórias com campeões di nha mininesa”* representa um caminho oposto aos gêneros literários até aqui produzidos sobre a sociedade e cultura guineense. Huco Monteiro deixou claro, logo no início de sua obra, que “sonhos e trajetórias não é um livro de História, nem um trabalho científico” sobre a Guiné-Bissau.

Do alto da sua longa experiência, sem egolatria, reconheceu o seu lugar de fala como ator principal de suas trajetórias e sonhos. Ou seja, o livro traz à tona a visão de um narrador que faz uso da memória, sempre “seletiva e parcial”, como ocorre com todos quando escrevemos a respeito de nós mesmos, quando relatamos nossas experiências.

O livro apresenta acontecimentos não na forma cronológica dos fatos como ocorreram no país. Com efeito, situo a obra em cinco períodos de importância capital para trazer à memória a juventude de Huco Monteiro: 1. período colonial (anos 1950); 2. luta de libertação (anos 1960); 3. independência (anos 1970); 4. pós-independência (anos 1980); 5. a democratização (anos 1990) e 6. Huco Monteiro hoje, depois de 45 anos (de 1973 a 2019).

Este é o contexto de uma obra que, a um olhar mais apressado, poderia apresentar-se como excessivamente “generoso”. Certamente, nas discórdias havidas na realidade guineense, nos tempos coloniais, pós-coloniais e do pluralismo democrático, Huco

Monteiro preferiu exaltar as relações de amizade com amigos, colegas, primos, tias, tios, sobrinhos, irmãos, irmãs e vizinhos, um bem precioso que existe na convivência humana à maneira guineense.

Todavia, há outros aspectos, a fortiori, constitutivos dos fatos, embora menos evidentes, através dos quais o autor narra a si mesmo nas múltiplas relações com sua geração, inserida dentro de um contexto sociopolítico e histórico revelador da formação de Guiné-Bissau enquanto nação. Para efeitos de análise, limitar-me-ei a alguns fatos que considero relevantes para o conhecimento do país e do autor, sobretudo, no âmbito da constituição de uma Sociologia das Trajetórias e Memórias da Sociedade Guineense.

Ao iniciar sua narrativa autobiográfica, com uma ênfase marcante na cultura, política, música, poesia e futebol, Huco Monteiro relembra a “Guiné de Tropas Portugueses”, ainda colônia (anos 1950 e 1960). “A cidade de Bissau estava cheia de tropas, enquanto na zona rural (mato) o prestígio político do Movimento de Libertação (PAIGC), de Amílcar Cabral, na zona rural, ficava cada vez claro e efetivo, sobretudo a partir de 1967”.

Todavia, em Bissau, “a mobilidade cultural e urbana em espaços públicos era muito restrita, bem como as relações sociais entre bairros eram quase inexistentes”. As ruas de Chão de Pepel e Lamine Njai, berço da “Gan Morebeza” cabo-verdiana, “eram as únicas que dispunham de asfalto e um nível cultural e artístico mais desenvolvido, quando comparado com os outros bairros da cidade de Bissau”. Tudo isso fazia parte do contexto em que Huco Monteiro nasceu, período em que o “Estatuto do Indigenato”<sup>1</sup> hierarquizava a sociedade colonial guineense em brancos, pretos, *burbedjus*, civilizados, indígenas, campo e cidade.

Para Huco Monteiro, a hierarquização urbana e cultural, no período colonial, teria gerado um sentimento de animosidade, estabelecendo complexos de superioridade e de inferioridade

---

1 Em 1899, no âmbito da administração das colônias, foi criado o Código de Estatuto Indígena, sendo revogado e substituído, em 1914, pelo Regimento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas, que visava alargar a estreita margem de manobra política, com maior adequação à ideologia republicana portuguesa.

entre “lantindans cabo-verdianos”, mais experimentados, socialmente estabelecidos, e a “rapaziada guineense”, menos instruída, com uma vida social e cultural mais precária. Caberia perguntar o que seria uma vida cultural “precária”? Sem acesso ao que vinha da Colônia?

A partir de 1968, com a chegada do general português Antônio Sebastião Ribeiro de Spínola, houve reconfigurações significativas, articuladas em torno da política colonial “Guiné Melhor”. Daquele momento em diante, as estratégias coloniais de Spínola tornaram-se mais sofisticadas. Tratava-se da conquista da mente, do coração e do sonho de jovens bissau-guineenses, principalmente a juventude urbanizada de cidade de Bissau.

Foi nessa época que surgiram novos bairros, casas, ruas e edifícios públicos (como é caso do Lar Feminino) e houve um incremento no acesso à educação, proporcionada pelo regime, ao conceder bolsas de estudos a um grupo seletivo de jovens estudantes guineenses a fim de frequentarem o ensino em Lisboa, Aveiro e Leiria. Doravante, segundo Huco Monteiro, a influência da política de Spínola sobre os guineenses urbanizados possibilitou a emergência de uma “elite nativa”, majoritariamente formada por estudantes, comandos africanos e funcionários públicos da administração colonial sob a bandeira da religião católica. Huco Monteiro cita nomes e famílias dos personagens desse núcleo, todos da cidade Bissau (Capítulo 1, pág. 29).

Nesse período, Huco Monteiro nutria um desejo profundo de participar na chamada luta de libertação, como ocorria com a maioria dos jovens de sua geração, porém, não teve sucesso. “A minha mãe não gostava da ideia e os meus colegas, mais maduros, (garandis), também não facilitavam a minha fuga para “mato”. Contudo, como relata o autor, os dois grandes ícones de mobilização política de jovens para a causa da independência, como o músico José Carlos Schwarz e o ativista político Rafael Barbosa, “diziam que precisavam de mim para trabalho político na ‘Zona Zero’, em pé de igualdade com os combatentes do ‘mato’.”

As atividades de mobilização política ocorriam, frequentemente, em Santa Luzia, em casa de José Carlos Schwarz, ou em Cupelum ou Pylum, em casa de Nanque e Serifo Mané, amigos

mandingas de infância de Huco Monteiro, ou ainda em casa de Rafael Barbosa. Eram naqueles locais onde o “menino de Tchom di Pepel” aprendia as estratégias da luta urbana clandestina, cujos resultados foram significativos como militante independentista do PAIGC.

Huco Monteiro utilizou o termo *nô djagasiba na nghutru* (miscigenação interétnica e inter-religiosa) para caracterizar as suas amizades multiculturais com amigos de *Djorson Gan Mané* (família Mané, de Pilum) e o espírito da união entre “meninos da revolução”, à época, com idade entre treze e dezesseis anos. Era contra a presença colonial que unia guineenses e cabo-verdianos, mandingas e cristãos, campo e cidade, todos em luta comum pela independência nacional e que contou com o apoio dos países progressistas, mormente a antiga União Soviética e Cuba.

Em 1973, após longos anos da política de “unidade e luta” entre Guiné e Cabo Verde, o Movimento de Libertação proclamou a independência de forma unilateral, e buscou o reconhecimento internacional. A supremacia burocrática das lideranças cabo-verdianas teve um papel importante para a corrosão do colonialismo, coadjuvado por forças “operacionais” guineenses, estabelecendo um debate entre a junção da “força intelectual” e da “força física” na luta de libertação nacional. Em setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, a primeira das ex-colônias de Portugal em África a alcançar o estatuto de um país independente.

Nota-se, porém, que muito antes do PAIGC, já existiam outras forças políticas nacionalistas guineenses, como apontadas no livro por Huco Monteiro. Todavia, havia muita desconfiança interna e incipiente base social dos nacionalistas guineenses, tanto no campo quanto na cidade. E mais do que isso, “a firmeza do PAIGC combinava ‘astúcia e violência’ na relação com tais movimentos contrários à unidade Guiné e Cabo Verde.”

Com a independência floresceu uma onda artística, musical e poética de grupos locais, sendo os principais os Cobiana Djazz, Panteras Guinéus, Djorson, Super Mama Djombo, Capa Negra, todos na cidade Bissau, mas com atuações no interior do país. Esses grupos tornaram a cultura guineense mais dinâmica e intensa no

processo de “imaginação da nação” e “reafricanização dos espíritos”, na tentativa de formação de ‘homens novos’” (Capítulo 2, pág. 113). Em suma, a luta por uma “cidadania revisitada” ou “guinendadi recriada”, sem fronteira, que respeitasse a diversidade cultural. Como afirmou Huco Monteiro “a periferia começava a marcar uma presença diferente”, sobretudo nos bairros de Tchom de Pepel, Pilum e Santa Luzia (pág. 78). Era um período de *djuntamon para kanbansa* (juntar as mãos para a reconstrução nacional).

O Cobiana Djazz, de José Carlos Schwarz, nutria grande simpatia entre os *nobus dunus di tchon* (donos de poder), mas o Super Mama Djombo, que acabava de emergir, ganhou simpatia do presidente Luís de Almeida Cabral, primeiro presidente escolhido pelo PAIGC, pós-independência. Porém, em outros momentos, o grupo Super Mama Djombo criticou duramente o regime do presidente Luís Almeida Cabral.

A contribuição de músicos e poetas, em língua crioula guineense, tal como faziam José Carlos Schwarz, Ernesto Dabó e Adriano Atchutchi Ferreira, teve um papel importante num momento em que as fronteiras culturais e étnicas, impostas pelo colonialismo, foram sendo renegociadas e redefinidas. Isso porque “em Bissau só se ouvia músicas cabo-verdianas, em língua crioula de Cabo Verde” (pág. 78).

Os cantores do povo introduziram novas letras, novos instrumentos musicais, como *djambadons*, *balafons* e *korás*, além de novos poemas e formas de atuações artísticas, em salões improvisados de *casadias* (bairros) de Bissau.

Do ponto de vista de uma análise sociológica que não seja tipicamente memorialística, há um elemento distintivo no livro, justamente o fato de que uma parte da juventude guineense que ascendeu à educação no quadro da “mocidade portuguesa”, nascida na Guiné, era de origem cabo-verdiana pela parte materna ou paterna, e outros vieram à Guiné como emigrantes. A influência cabo-verdiana na identidade guineense e vice-versa é muito presente. Há, no livro, relatos de figuras de origem cabo-verdiana e líbano-luso inseridas na sociedade. Isso evidencia o caráter plural da identidade *siti ku lite* (miscigenação) guineense (Capítulo 2, pág. 117).

O processo da miscigenação, recorrente em todas as sociedades humanas, nem sempre é desprovido de conflitos como os que afetaram a sociedade guineense, sobretudo com a saída dos portugueses que, de certa forma, uniam as identidades. Uma parte da crítica enfrentada pelo presidente Luís de Almeida Cabral, no que se referia à sua política administrativa na Guiné, surgiu, em grande medida, a partir das músicas do Cobiana Djazz e Super Mama Djombo. Deduz-se daí duas implicações: a solidariedade entre os nativos no sentido de reforçar sua identidade guineense e reposicionar sua posição social no xadrez político, e a centralidade político-administrativa de uma elite oriunda de Cabo Verde, exógena, com uma identidade cultural mais bem definida que gerava tensões com os nativos na disputa de identidades.

As estratégias que os nativos encontraram para o reforço de sua identidade não se restringiam à música e à língua crioula guineense, pois havia práticas socioculturais de ritos de passagem, popularmente conhecidos por *fanadu-pepel*, *fanadu-balanta*, *fanadu-mandinga*, na qual os jovens transitavam de estatuto de *blufu* para categoria *lambe*, e aprendiam *rakada sigridu* (a cultura de guardar segredo). A prática de futebol também se mostrou muito dinâmica “em um contexto em que Guiné tinha brilhantes jogadores que voavam alto, como a nossa bandeira nacional, que a geração de hoje precisa conhecer”. Entre os principais jogadores, o autor cita Kansambu Indjai, e o seu meio-irmão, Zeca Saiegh, capitão dos juniores da União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB), na época, com 15 anos de idade (Capítulo 2, pág. 118-125)

A intenção do narrador, ao considerarmos suas trajetórias e memórias, é mostrar a relação existente entre a música, a poesia, o ensino e o futebol, e as contendas políticas de “uma nação em cuja dialética nunca se esclareceu totalmente”. Essa é a percepção defendida por Fernando Delfim da Silva no texto de apresentação na orelha da capa de livro. Caberia perguntar: a ausência da nação como unidade cultural e política de sentimentos compartilhados é a causa do desencantamento do povo guineense? E como seria construir uma nação como unidade de sentimentos partilhados sem asfixiar as diferenças? São questões que não aparecem no livro, explicitamente. Mas, a presença de uma pluralidade de

identidades, apontadas pelo autor, nos levam a esses questionamentos, principalmente no contexto político atual do pluralismo democrático da nação-Estado.

Ainda segundo Huco Monteiro, nas diversas manifestações culturais ao longo dos anos 1970, impôs-se o *Ntrudu* (o carnaval), uma manifestação artística guineense de sociabilidade e de difusão do nacionalismo através da língua crioula, em que as manifestações culturais de grupos étnicos eram instrumentalizadas positivamente no interior do partido de Estado oficioso, como forma de cristalizar a “imaginação da nação”. Foi nesse quadro que o *Ntrudu* se colocou, por um lado, como campo de integração da cultura nacional, e por outro lado, como celebração da diversidade cultural para o âmbito da vida social como um todo. Essa é a interpretação que se pode fazer de *Ntrudu*, seguindo as narrativas autobiográficas que marcaram as trajetórias de Huco Monteiro.

Na esfera político-partidária, o período pós-independência trouxe dissabores em consequência de complicações decorrentes das disputas políticas. Os sonhos da revolução esvaziaram-se e inaugurou-se a política de *big strick ideology, policy and rules*, em que a juventude ficou fortemente abalada (pág. 100). Entretanto, o autor reconhece a “salvação” proporcionada pelo Movimento de Libertação à sua geração, expressa na afirmação a “independência salvou minha vida”

Aqui, percebe-se uma tensão entre o reconhecimento da independência e o legado de “*policy and rules*”, sobretudo quando Zike Saiegh, meio-irmão de Huco Monteiro, foi acusado pelo chefe de segurança de Estado de tentativa de golpe de Estado. Na prisão, Zike Saiegh ficou durante anos, sem julgamento, sem culpa formada, até seu desaparecimento físico, como revelou-se no livro. Como se diz “a revolução come seus filhos”. Caberia perguntar se Zike Saiegh e outras vítimas do regime teriam sidos comidos pela revolução libertária ou tratava-se da política autoritária que exercia a violência em nome da revolução?

Em 14 de novembro de 1980, ocorreram mudanças negativas profundas em quase todos os setores da vida social, política e econômica do país (Capítulo 3). Essas mudanças foram marcadas pelo autoritarismo de política de golpe de Estado, trazendo à tona

os conflitos políticos misturados com a questão étnica e, consequentemente, pela esfera econômica, com a crise do consumo interno, contribuindo para as péssimas condições de vida da população em todos os setores da vida nacional. Na interpretação de Huco Monteiro, após o 14 de novembro de 1980, “a tônica central recaiu-se na soltura de Rafael Barbosa” (pág. 335), um ativista político guineense pré-revolução do Movimento de Libertação (PAIGC), até então preso pelo regime anterior e, naquele momento, solto por João Bernaldo Vieira (Nino), líder de golpe de Estado.

Em decorrência do golpe, quase toda geração de Huco Monteiro, exceto Fernando Delfim da Silva, esteve ao lado dos militares guineenses, sob liderança do comandante João Bernaldo Vieira (Nino). Diz-nos Huco Monteiro “entre nós, só o Fernando Delfim da Silva estava contra o golpe” (pág. 305). Também foi a partir de golpe de 1980 que os guineenses vivenciaram a concretização do “pessimismo” como característico da cultura política de *Ndjudja-Ndjundja kambletchs* (confusão) em uma Guiné-Bissau escancaradamente “descontrolada”, sem norte, sem projeto. Foi a partir dessa revelação que Huco Monteiro procurou realçar a sua decepção, não escondendo a realidade dos fatos de uma trajetória geracional inspiradora.

O processo de democratização política, a partir de 1990, defendido no início ferozmente por Huco Monteiro, dentro do PAIGC, também não gerou os resultados esperados pela sociedade civil. Foram vários golpes de Estados e assassinatos de adversários, tudo por causa da “desconfiança” e tendência à “traição” que marcou a vida política nacional. De modo semelhante, citou-se o Congresso de Cacheu, realizado pelo PAIGC em 2014, no qual, com seu baluarte, Domingos Simões Pereira, foi eleito presidente do partido. Para Huco Monteiro “depois de Cacheu, havia uma tênue luz de esperança”, mas, infelizmente, a realidade após Congresso lhe traiu, principalmente, com a deposição do governo de Domingos Simões Pereira pelo presidente de república José Mário Vaz, cujo desfecho “dispensa comentários”, na concepção do autor.

Mais do que um sentimento de derrota, existe um sentimento de culpa. Huco Monteiro pede desculpas aos guineenses em nome de sua geração. “Nós destruimos o Estado. Confesso e peço

desculpa a este povo". O pedido de desculpa é um ato muito louvável, enquanto homem do Estado fortemente imbuído de honestidade intelectual e assunção de elevada personalidade. Outros homens de Estado preferiram morrer na soberba que assumirem seus erros publicamente.

O pedido de desculpa é um ato de cultura, de aprendizado, de elevação mental que engrandece quem o assume e que deve ser um ato constante em nossas trajetórias. Esse também é um ato que deveria ser assumido por todas as gerações.

Huco Monteiro se mantém eufórico em seu sonho da Guiné da conciliação, da harmonia, da amizade, de *djuntamon*, de *mandjuandade*, sem violência, sem rancor, na certeza de que "si no ka nkadja nô na tchiga", sonhando uma Guiné pacífica e diferente.

O livro é muito revelador, é o maior patrimônio que um país pode oferecer aos seus cidadãos. Huco Monteiro, enquanto escritor, sabe a importância do livro para a vida dos guineenses. Essa importância é simbolizada em três aspectos que evidenciam o escrito autobiográfico no efeito estilístico de sua narrativa: o primeiro aspecto é o sonho de todos os guineenses que procuram sempre o caminho mais adequado para o país marchar; o segundo aspecto é a trajetória percorrida por Amílcar Lopes na "dor e esperança" para a liberdade, a justiça e o bem-estar social; e o último, a memória sem complexos para nos libertarmos do fatalismo e apreendermos com os nossos erros. Isso implica em crítica e autocrítica, investigação e conhecimento crítico que "a nossa luta fecundou" como "fato cultural" e como "fator de cultura" rumo às mudanças estruturais na administração nacional para a *kanbansa* (desenvolvimento social).

É difícil imaginar o orgulho que Nha Mamai Monteiro, Aida Saiegh, Zike Saiegh e Zeca Saiegh sentiriam de Huco Monteiro. Mas eu tenho certeza que todos estariam muito emocionados com a contribuição cultural, desse filho de uma nação forjada na arma da teoria de libertação, em busca da paz, da felicidade, da concórdia e desenvolvimento social e cultural, que alcançariam todas as crianças da Guiné-Bissau. É para isso que servem o sonho, a trajetória e a memória, para que possamos seguir o caminho de todos

que sonharam com a liberdade e com a solidariedade, na possibilidade de dias melhores à Mamãe Guiné.

Obrigado à geração que sonhou e lutou com a independência por fazer-nos sonhar, pois um dia a Guiné-Bissau vai erguer-se ao mais alto nível e todos os filhos de mulheres guineenses, as *bideras* combatentes que carregam o país nas costas, terão dias melhores para sorrir e se orgulharem.